



Educação na Região Sudeste: conquistas históricas e retrocessos iminentes

**Flavia Araujo
Marcelo Mocarzel
Karine Morgan
Theresa Adrião
Luana Almeida
(Organizadores)**



Realização



Apoio



Flavia Araujo
Karine Morgan
Marcelo Mocarzel
Theresa Adrião
Luana Costa Almeida
(orgs.)

Educação na Região Sudeste:
Conquistas históricas e retrocessos iminentes

1ª Edição Eletrônica

Campinas-SP

Centro de Estudos Educação e Sociedade

2024



DIRETORIA

Presidente: Sergio Stoco

Vice – Presidente: Maria Aparecida Guedes Monção

Primeira Secretária: Karine Morgan

Segundo Secretário: Gabriel Meneses Barros

Primeiro Tesoureiro: André Luiz Paulilo

Segunda Tesoureira: Nadia Pedroti Drabach

Diretora de Comunicações: Ingrid Costa Ribeiro Souza

Diretora de Eventos: Theresa Adrião

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

MEMBROS TITULARES

Regina Tereza Cestari de Oliveira

Luciana Marques

Rodrigo Pereira

Flavia Monteiro de Barros Araujo

Gilda Araujo

Maria Augusta Peixoto Mundim

Vera Lúcia Jacob Chaves

Vera Peroni

Cassia Domiciano

CONSELHO FISCAL

Andreza Barbosa

Ana Elisa Spaolonsi

COMITÊ CIENTÍFICO

I Seminário Regional da Educação Brasileira - Sudeste

Nadia Drabach (IFFAR)
Teise Garcia (USP- Ribeirão Preto)
Henrique Dias Gomes de Nazareth (Unirio)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Seminário Regional da Educação Brasileira
(1. : 24-26 jul. 2023: Niterói, RJ)
I Seminário Regional da Educação Brasileira -
Sudeste [livro eletrônico] : educação na região
sudeste : conquistas históricas e retrocessos
iminentes / organização Flavia Araujo...[et al.].
-- Campinas, SP : CEDES, 2024.
PDF

Vários autores.
Outros organizadores: Marcelo Mocarzel, Theresa
Adrião, Luana Costa Almeida.
Bibliografia.
ISBN 978-85-89262-10-1

1. Educação 2. Políticas educacionais 3. Brasil,
Região Sudeste I. Araujo, Flavia. II. Mocarzel,
Marcelo. III. Adrião, Adrião. IV. Almeida, Luana
Costa. V. Título.

24-196190

CDD-370.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Congressos 370.6

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Publicado no Brasil

Março - 2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
RESISTÊNCIAS PARLAMENTARES AO ASSÉDIO RELIGIOSO.....	3
LUIZ ANTÔNIO CUNHA	3
A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE DEFINE O PORVIR DA DEMOCRACIA	16
ROBERTO LEHER	16
OS DESAFIOS DA EQUIDADE NA EXPANSÃO DO DIREITO AO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	36
SABRINA MOEHLECKE	36
EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO DIREITO: OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA.....	58
ROSANA HERINGER	58
“ESCOLA PARA TODOS E TODAS” – REVISITANDO A INSTITUIÇÃO ESCOLAR 20 ANOS APÓS A LEI Nº 10639/2003	73
ALESSANDRA PIO	73
EFEITOS DO FUNDEB NA OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG NO PERÍODO DE 2014 A 2019: AVANÇOS E RETROCESSOS	85
THAYANE LOPES DE FREITAS.....	85
TEREZINHA DUARTE VIEIRA	85
AS PARCERIAS DA FILANTROPIA DE RISCO NA POLÍTICA EDUCACIONAL: UMA POSIÇÃO PRIVILEGIADA POR MEIO DO INSTITUTO ARTICULE	98
MARIA APARECIDA SILVA DE MENEZES	98
BALANÇO DAS MATRÍCULAS PÚBLICAS E PRIVADAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	114
DANILO KANNO	114
A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO: EFEITOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	129
ELLEN CRISTINA CECCON	129

INVESTIGANDO A FINANCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE 2013 A 2022	6
FELIPE ARAUJO	6
A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: OS RETROCESSOS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.	23
DANIELLE BATISTA CARDOSO.....	23
PRISCILLA DE PAULA RODRIGUES.....	23
ESCOLAS CHARTER NOS JORNAIS DIGITAIS BRASILEIROS: CONHECENDO OS PRESSUPOSTOS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	34
FABRICIA OSANAI PIRES.....	34
HENRIQUE DIAS GOMES DE NAZARETH	34
O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO RIO DE JANEIRO	47
NATÁLIA SILVA PEREIRA	47
A RECONFIGURAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA PAULISTA: DO SÃO PAULO FAZ ESCOLA AO PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL (PEI)	62
LUÍS RENATO SILVA MALDONADO	62
ESCOLAS CHARTER E CONTRATOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO: PROPOSTAS DE PRIVATIZAÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	73
ALINE VITÓRIA RAMOS DA SILVA SANTOS	73
ANDRESSA DE OLIVEIRA BRANDÃO	73
HENRIQUE DIAS GOMES DE NAZARETH	73
A AQUISIÇÃO DE ESCOLAS DA REDE PRIVADA POR FUNDOS DE INVESTIMENTOS E A RESPONSABILIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR	88
BÁRBARA JENNIFER NASCIMENTO SILVA	88
INCORPORAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NAS POLÍTICAS CURRICULARES DO "NOVO ENSINO MÉDIO" NA REGIÃO SUDESTE: PANORAMA E ANÁLISE.....	101
JONAS EMANUEL PINTO MAGALHÃES	101
OLHARES DOCENTES SOBRE A BNC FORMAÇÃO	116
CECILIA NEVES LIMA.....	116
DEISE MARIA SANTARELLI DE AZEVEDO MARINHO	116

EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO DIREITO: OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA

Rosana Heringer
UFRJ - rosana.heringer@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar alguns dados e reflexões sobre a expansão do ensino superior brasileiro nas últimas décadas, com ênfase nos mecanismos importantes que possibilitaram também uma maior diversificação do público que acessa este nível de ensino e que contribuíram para que estes vários estudantes possam não apenas ingressar, mas também permanecer no ensino superior e concluir seus cursos com sucesso.

Como alerta inicial, é importante destacar aqui que a desigualdade no acesso ao ensino superior tem suas raízes em etapas anteriores no processo de escolarização, que influenciam o próprio “estoque” de estudantes aptos a ingressar na universidade. Como a conclusão do ensino médio é requisito para acessar a etapa seguinte, sabemos que as desigualdades que afetam este segmento anterior se tornam definidoras de quem enfim poderá realizar o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) ou concorrer em diversos processos seletivos para ingresso no ensino superior público ou privado. A conclusão do ensino médio, por sua vez, está relacionada a etapas anteriores, fundamentalmente ao segundo segmento do ensino fundamental, ainda marcado por grandes desigualdades em termos de conclusão e de qualidade da educação oferecida.

Feito este alerta, que tem sido amplamente demonstrado em dados oficiais sobre a educação no Brasil e ressaltado por diversos pesquisadores da área, como por exemplo Carvalho e Waltemberg (2012), registramos também que tais desigualdades persistentes não se convertem em argumento para que não se busque a democratização do ensino

superior no Brasil. Também tem sido amplamente destacado que o ensino superior abre oportunidades em termos de retornos no mercado de trabalho e mobilidade social ascendente, convertendo-se num dos importantes mecanismos para a redução da desigualdade social e também das desigualdades raciais no Brasil (JESUS, 2019).

Assim, neste texto daremos maior enfoque aos esforços que têm sido feitos do ponto de vista político e institucional nas últimas décadas para ampliar o acesso ao ensino superior de grupos historicamente sub-representados neste nível de ensino. E aqui, dadas as características das desigualdades sociais brasileiras, nos referimos a estudantes de menor renda, de escola pública e também estudantes identificados como pretos, pardos e indígenas. Esta combinação de critérios, que tem sido a marca das principais políticas de ação afirmativa adotadas no Brasil nas últimas décadas, responde a demandas históricas de movimentos sociais no país e possibilita uma mudança significativa que tem contribuído para “mudar a cara” de nossas instituições de ensino superior no período recente, principalmente das universidades públicas mais seletivas. É um pouco deste registro e desta reflexão que apresentaremos a seguir.

BREVE CONTEXTO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

O sistema de ensino superior brasileiro passou por um período de expansão nos últimos vinte anos, devido às políticas públicas implementadas para a abertura de mais vagas nas universidades públicas, bem como para a concessão de bolsas para alunos de baixa renda em instituições de ensino superior privadas (HERINGER; FERREIRA, 2009; NEVES, 2012; HERINGER, 2014; JESUS, 2019; SALATA, 2018). Os principais programas que contribuíram para essa expansão foram os seguintes: (i) adoção do exame unificado de acesso ao ensino superior (Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM); (ii) criação do SISU (Sistema de Seleção Unificada) para acesso às instituições públicas de ensino superior; (iii) expansão do sistema universitário público, com 18 novas universidades federais criadas entre 2003 e 2014; (iv) criação, em 2004, do Programa Universidade para Todos (PROUNI); (v) reestruturação do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil); (vi) políticas de ação afirmativa em universidades públicas, com adoção de cotas para alunos do ensino médio público, de baixa renda, negros, pardos

e indígenas (MELO, 2014; HERINGER, 2015; NEVES, SAMPAIO e HERINGER, 2018).

A chegada de um maior contingente destes estudantes nas universidades públicas, tanto estaduais quanto federais, trouxe novos desafios para as mesmas em termos de atendimento às necessidades específicas destes estudantes. Questões como recursos financeiros para manutenção na universidade, auxílios em termos de transporte e alimentação, entre outras demandas, tornaram-se motivo de preocupação crescente por parte dos gestores das instituições públicas de ensino superior (VARGAS e HERINGER, 2016).

Essa expansão teve como importante resultado uma mudança no panorama das instituições públicas de ensino superior brasileiras. Elas se tornaram mais diversas do ponto de vista social e racial e um pouco menos desiguais ao longo das últimas décadas (RISTOFF, 2014; PAULA, 2017; MELLO; SENKEVICS, 2020). Foi evidenciado, por exemplo, que 70% dos estudantes nas universidades federais pertencem a famílias com renda máxima de 1,5 salário-mínimo per capita (ANDIFES, 2019). Pesquisa realizada pelo Consórcio de Acompanhamento de Ações Afirmativas (CAA) mostrou que houve um aumento de diversificação racial e socioeconômica nas universidades. Pretos, pardos e indígenas passaram a representar 52% dos estudantes no ensino superior público, em comparação com 31% em 2001 (CAA, 2022).

O ano de 2012 foi um marco para as políticas de ação afirmativa brasileira na educação superior. Em abril, o Supremo Tribunal Federal aprovou a constitucionalidade do sistema de cotas. Em agosto, foi aprovada a lei reservando cotas para alunos do ensino médio público, alunos negros e alunos indígenas em todas as universidades federais, a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), determinando cotas de 50% nas universidades federais para alunos do ensino médio público, com subcotas raciais específicas de acordo com a proporção da população afro-brasileira e indígena em cada estado.

A implementação desta lei ocorreu de forma paulatina, entre 2013 e 2016, quando as proporções de estudantes cotistas previstas em lei deveriam ter sido atingidas em todas as Instituições Federais de Educação Superior (IFES). No que diz respeito à reserva de vagas para estudantes de escola pública, a proporção foi rapidamente atingida na grande maioria das IFES. No que se refere às vagas reservadas por critério de renda e de raça/cor,

nem sempre as instituições conseguiram preencher a totalidade de vagas reservadas para estudantes com estas características dentro de cada curso e turno (SILVA, 2020). Em pesquisa recente, analisando a série histórica do Censo da Educação Superior (CES) entre 2010 e 2019, observamos que as matrículas nas universidades federais de estudantes que ingressaram por algum tipo de reserva de vaga passaram de 6% em 2010 para 35% em 2019, porém ainda não tinham atingido naquele momento o percentual de 50% previsto na lei (HERINGER; CARREIRA, 2022).

As razões pelas quais estas proporções não foram plenamente atingidas dizem respeito tanto a características específicas de nossas universidades federais, marcadas por um histórico elitismo e por mecanismos institucionais que reforçam desigualdades horizontais e estruturais, quanto por aspectos relacionados à desigualdade de oportunidades no acesso e permanência na educação básica, gerando um grande contingente de jovens que, mesmo quando terminam o ensino médio, não possuem a expectativa de ingresso no ensino superior como uma alternativa possível dentro do seu horizonte de expectativas (BOURDIEU, 2007; HERINGER, 2013; SOUZA; HERINGER, 2020).

Apenas recentemente as políticas de permanência e assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras se tornaram objeto de debate teórico mais amplo e de maior número de pesquisas empíricas. Durante muitas décadas, a discussão sobre assistência estudantil nas universidades públicas restringia-se à adoção de mecanismos compensatórios destinados a um grupo minoritário de estudantes mais pobres que ingressavam em pequena proporção nestas instituições (PORTES, 2015).

Observamos que neste momento a discussão se centrava no tema da assistência estudantil como estratégia de apoio a estudantes mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico. Neste contexto, pouco se falava sobre outras dimensões que potencialmente afetavam a permanência dos estudantes universitários, sejam aspectos acadêmicos, ligados à sua sociabilidade no espaço da universidade, aspectos subjetivos ou culturais.

Neste cenário também se coloca a questão de como promover a permanência de estudantes que ingressaram pela reserva de vagas. Além do desafio de se sustentar financeiramente enquanto cursam uma universidade pública, muitos cotistas não conseguem participar de toda a gama de atividades oferecidas por suas instituições, por

diversos motivos. Ser aceito em uma universidade pública é o primeiro de muitas etapas para obter um diploma.

Com a ampliação do número de matrículas nas universidades federais a partir dos anos 2000, se amplia o debate liderado em grande parte pelo FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), que coloca em pauta a necessidade de ampliação destes mecanismos de apoio material e financeiro aos estudantes que dele necessitassem, a fim de aumentar as chances de sua permanência no ensino superior (ANDIFES, 2019; MAGALHÃES, 2013).

Ligado à ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), o FONAPRACE foi criado em 1987 com a finalidade de promover a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, visando fortalecer as políticas de assistência ao estudante de graduação. A partir das demandas identificadas em pesquisas sobre o perfil dos estudantes de graduação das IFES realizadas pelo FONAPRACE em 1996-1997 e em 2003-2004 (FONAPRACE, 2014), o governo brasileiro lançou em 2008 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PNAES tem como objetivos: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010)

Com o propósito de concretizar estes objetivos, o PNAES definiu ações a serem adotadas nas seguintes áreas: moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esportes; educação infantil para filhos de estudantes; acesso, participação e aprendizagem de estudantes portadores de deficiência (BRASIL, 2010).

Como afirma Santos (2020), “o FONAPRACE expressa como estratégia política a ideia de que a defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade deve estar atrelada à defesa da permanência e ampliação de uma política de Assistência Estudantil de qualidade, de forma a garantir de fato a democratização do ensino superior” (p. 222).

Ao longo de mais de uma década o PNAES possibilitou a transferência de um importante volume de recursos para as universidades federais, a fim de que elas pudessem ampliar seus programas de apoio aos estudantes. Estes programas concentraram-se principalmente em iniciativas de apoio financeiro através de bolsas, auxílio alimentação,

auxílio transporte e auxílio moradia. Além disso, também possibilitaram, em um menor número de instituições, a assistência aos estudantes através de apoio à saúde, à participação em eventos científicos, à inclusão digital, entre outras áreas (VARGAS e HERINGER, 2016).

O PNAES também incluiu na sua concepção de assistência estudantil políticas que ampliam o escopo destas ações, trazendo, por exemplo, o apoio pedagógico como uma das formas de ampliar as condições de permanência dos estudantes, para além das dificuldades financeiras (DIAS et al., 2020).

Assim, algumas universidades deram início a programas voltados para o apoio acadêmico aos alunos, com o objetivo de contribuir para a redução das dificuldades encontradas neste campo. Tais atividades variam muito entre as universidades e dentro das mesmas, de acordo com diferentes áreas de conhecimento. A documentação e sistematização destas experiências ainda não têm sido feitas de forma muito sistemática no Brasil, dificultando um conhecimento mais abrangente destas iniciativas (DIAS et al, 2020). As políticas de assistência estudantil e permanência adotadas pelas universidades públicas brasileiras cumpriram um papel na estruturação desta rede de apoio aos estudantes em situação mais vulnerável e estudantes cotistas.

Portanto, observamos que a permanência estudantil teve sua concepção ampliada através de ações voltadas para o aprimoramento da vivência do estudante na educação superior, identificando-se o papel central do apoio pedagógico e de aspectos subjetivos para a ampliação das chances de conclusão do curso.

Na próxima seção vamos trazer alguns resultados e achados de pesquisa que contribuíram para um maior conhecimento dessa temática no Brasil.

A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO 2012-2022

Nesta seção, destacamos os principais resultados e desafios da implementação da Lei de Cotas nas universidades federais entre 2012 e 2022, com base em dados de recente pesquisa realizada sobre o tema (HERINGER; CARREIRA, 2022). Nessa pesquisa, intitulada “Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil:

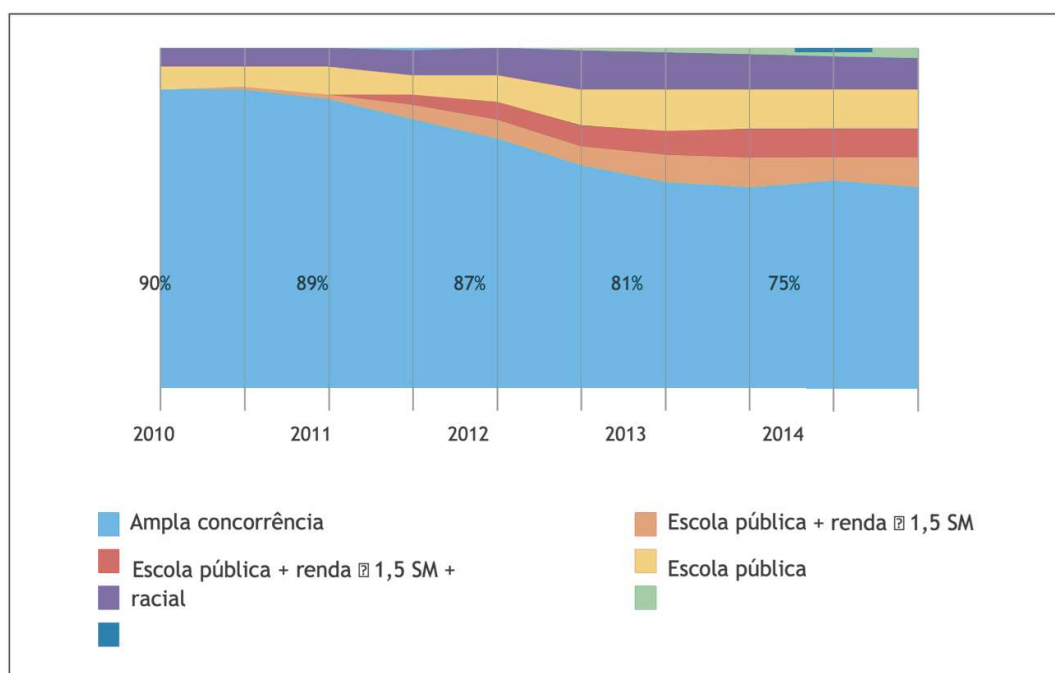
resultados e desafios futuros”, nos dedicamos a realizar um balanço da implementação da Lei de Cotas, observando seu impacto em termos numéricos no conjunto das universidades federais brasileiras, bem como sua implementação em estudos de caso específicos realizados em seis universidades selecionadas. Para chegar a esses resultados, levantamos e analisamos dados de diferentes fontes, incluindo bases de dados nacionais, documentos institucionais, entrevistas com gestores e rodas de conversa com estudantes cotistas.

Como sabemos, a Lei 12.711 estabeleceu cotas obrigatórias de admissão em universidades federais. A cota definida foi de 50% das vagas para alunos do ensino médio público. Entre esses, foi definida a cota de 50% para alunos de famílias com renda *per capita* mensal inferior a 1,5 salário-mínimo. E, dentro desse grupo, foi definida uma cota para alunos pretos, pardos e indígenas, proporcional à presença deles na população de cada estado.

Reconhecemos que as políticas de ação afirmativa e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro vêm contribuindo decisivamente para “mudar a cara” da universidade, tornando-a mais próxima do retrato da população brasileira. São políticas que têm exigido transformações mais profundas na função social da universidade, em suas formas de funcionamento, seus currículos e agendas de pesquisa. Políticas que precisam ser aprofundadas e aperfeiçoadas e contar, sobretudo, com mais recursos públicos de forma contínua e planejada.

As medidas de expansão de vagas também possibilitaram o aumento expressivo da presença de estudantes de menor renda, de escola pública, de autodeclarados pretos, pardos e indígenas, e de pessoas com deficiências nas universidades federais. Tal aumento foi verificado em relação à proporção desses estudantes no conjunto das matrículas e, quando se analisam carreiras específicas, incluindo as mais seletivas.

Gráfico 1. Ingressantes em cursos presenciais nas universidades federais por tipo de vaga acionada – Brasil, 2010-2019 (%)

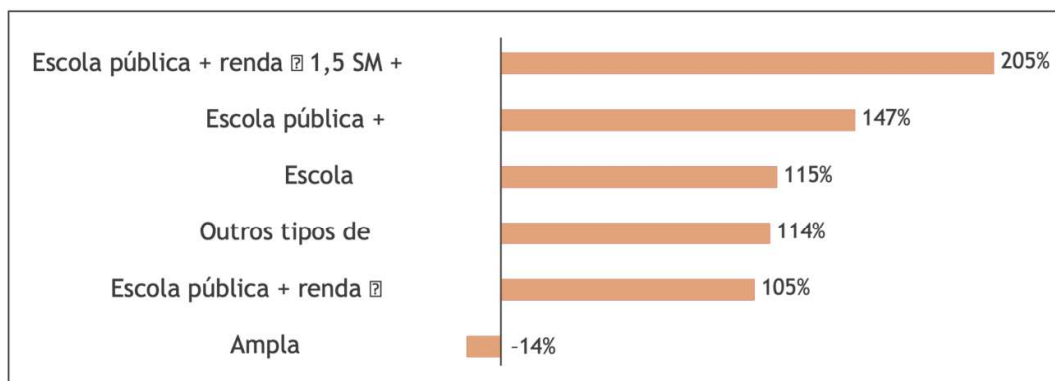


Fonte: HERINGER, R; CARREIRA, C. *10 anos da lei de cotas: conquistas e perspectivas*, p. 51. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf Acesso em: 10/10/2023

Outros tipos de reserva se referem às vagas de programas próprios das instituições.

No último ano analisado, 2019, quase 40% dos ingressantes tiveram acesso ao ensino público mediante vagas reservadas. Com a implementação da Lei de Cotas, o aumento de ingressantes egressos de escolas públicas, sem considerar critérios de renda e racial, passa a ser menor do que o de ingressantes egressos de escolas públicas, com recorte de renda e racial.

Gráfico 2. Variação percentual no número de ingressantes por reserva de vagas, universidades federais – Brasil, 2013-2019



Fonte: HERINGER, R; CARREIRA, C. 10 anos da lei de cotas: conquistas e perspectivas, p. 52. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf Acesso em: 10/10/2023

Outros tipos de reserva se referem às vagas de programas próprios das instituições.

** Este gráfico não inclui a variação entre pessoas com deficiência porque é recente a expansão das vagas, que acontece sobretudo a partir de 2017, logo após a inclusão do grupo na Lei de Cotas.

Entre os estudantes matriculados nas universidades federais, os que tiveram maior incremento entre 2010 e 2019 foram aqueles que ingressaram em vagas reservadas para egressos de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas (e pessoas com deficiência), combinadas com o critério de renda.

A pesquisa aponta que as polêmicas e os temores que marcaram os momentos iniciais do debate público sobre as ações afirmativas foram diluídos, a realidade da política se impôs e esses atores se adaptaram com sua convivência. Com efeito, nas entrevistas reportadas pela pesquisa, não há menção contrária às cotas, seja por parte de docentes e servidores, seja por parte de estudantes. Porém, ainda se identifica a presença no discurso de determinados gestores do entendimento de que “bastam cotas sociais”.

Em compensação, há relatos sobre as dificuldades relacionadas à integração dos estudantes cotistas nas instituições. O novo perfil de alunos aumentou a demanda por programas de assistência estudantil e políticas de permanência, envolvendo auxílios financeiros, alimentação, moradia ou transporte, em um contexto de profundos cortes de recursos decorrentes das políticas de ajuste fiscal, ancoradas na Emenda Constitucional 95/2016 (BRASIL, 2016). O volume dos benefícios aos estudantes cotistas é muito menor

do que a demanda crescente, intensificada pelos efeitos brutais das crises econômica e pandêmica na vida dos estudantes e de suas famílias, gerando insatisfação e cobranças por parte dos estudantes.

Essa situação ganha ainda maior relevância num contexto nacional no período 2019-2022, marcado pelo conservadorismo político (HERINGER, 2020), pelo aumento das desigualdades econômicas e sociais agravadas pela pandemia de Covid-19 (GROSSI; TONIOLO, 2020), e pela desvalorização do conhecimento científico e das instituições públicas de pesquisa e ensino. Vale lembrar que o então candidato à presidência Jair Bolsonaro declarou, em mais de uma ocasião, ser contra as políticas de ação afirmativa (HERINGER, 2020), e o Ministério da Educação, durante seu governo, atuou sistematicamente contra as universidades federais, por meio de medidas autoritárias relacionadas à gestão institucional e cortes orçamentários.

A gravidade da situação das universidades públicas em termos orçamentários não teve início com o governo Bolsonaro, mas aprofundou-se no período 2019-2022. Desde 2015, com o agravamento da crise econômica e fiscal, já vinham ocorrendo cortes. A situação deteriorou-se com os efeitos resultantes da Emenda Constitucional 95 (BRASIL, 2016), que estabeleceu o teto de gastos em determinadas áreas, expressando uma agenda radical de ajuste fiscal (HERINGER, 2021).

Ainda do ponto de vista dos resultados da pesquisa sobre o balanço da lei de cotas, foram investigadas também as ações desenvolvidas de acompanhamento pedagógico e integração dos estudantes cotistas às universidades. Observou-se que há um longo caminho a percorrer: as universidades não têm um bom programa de acompanhamento do desempenho e do percurso desses estudantes. De forma geral, há pouco conhecimento por parte dos coordenadores de curso sobre as dificuldades enfrentadas pelos cotistas, inclusive as acadêmicas. As pró-reitorias de assuntos estudantis ou equivalentes tendem a se concentrar na gestão dos benefícios financeiros e terminam por dar pouca atenção à dimensão pedagógica e à vivência cotidiana dos estudantes.

Outro aspecto importante nestes últimos anos diz respeito à progressiva institucionalização da heteroidentificação como mecanismo fundamental para garantir que as cotas sejam preenchidas por estudantes que pertencem ao público a que se destinam. Os estudos de caso destacam ainda o papel que os coletivos estudantis (negros, indígenas, quilombolas, feministas, de pessoas com deficiências etc.) têm exercido para

a permanência dos estudantes cotistas nas universidades, na luta por melhores condições materiais e simbólicas no ensino superior e para a manutenção da memória e do legado de luta política antirracista que está na origem das políticas de ação afirmativa no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOVOS DESAFIOS

Nesta última seção, trazemos reflexões sobre o futuro das políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro, levando em conta a necessidade de expansão dessas políticas, de fortalecimento das ações de permanência dos estudantes, e a importância de transformações institucionais que possibilitem enfrentar o racismo estrutural ainda presente nas universidades.

As análises realizadas sinalizam algumas perspectivas. Em primeiro lugar, apontam para a necessidade da continuidade e fortalecimento da reserva de vagas no acesso às instituições federais de ensino superior. Os resultados de nossa pesquisa indicam que, embora a Lei 12.711 deve permanecer vigente até que seus objetivos sejam plenamente atingidos. Seus resultados devem seguir sendo acompanhados, com ampliação das dimensões analisadas.

Nossos campi estão mais parecidos com nossa sociedade, com estudantes pretos, pardos, indígenas e brancos, pobres e ricos, pessoas com deficiência, convivendo, disputando sentidos, trocando experiências e promovendo o aprendizado. Após dez anos de vigência da lei de cotas, instituída em 2012, esses resultados sinalizam que a experiência de ações afirmativas no ensino superior público brasileiro deve seguir com foco tanto na renda quanto na identificação racial dos estudantes, para dar continuidade ao processo de garantia de condições materiais e simbólicas, de redistribuição de oportunidades e de promoção da representatividade nas universidades federais brasileiras na perspectiva da justiça racial e social e da descolonização de nossas instituições. Em contrapartida, também depois de dez anos de vigência dessas políticas, é importante olhar especificamente para a persistência das desigualdades horizontais na educação superior, que acabam por proporcionar diferentes experiências acadêmicas aos estudantes, dependendo de seu curso, sua instituição e suas características individuais (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019). A universidade se expandiu e se diversificou, mas

ainda mantém ilhas pouco permeáveis às transformações ocorridas nas últimas décadas e às demandas delas decorrentes (MELLO; SENKEVICS, 2020).

Sabemos que a presença crescente desses “novos estudantes” traz a possibilidade de contribuições fundamentais para a transformação da universidade pública brasileira nas últimas décadas, em termos institucionais, políticos e acadêmicos, que incluem debates sobre mudanças curriculares, diversificação do corpo docente, ampliação do acesso à pós-graduação, combate ao racismo estrutural, entre outros aspectos, refletindo novas pautas e demandas apresentadas por estudantes pertencentes a grupos antes sub-representados. A nosso ver, esses “novos atores” atuam também de forma a provocar, questionar e influenciar a agenda institucional, promovendo transformações duradouras na própria universidade, em diálogo com sua função pública e sua responsabilidade social.

Nessa perspectiva, as políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras são, queremos crer, um “caminho sem volta”, marcado por importantes conquistas e ganhos em termos sociais, políticos, econômicos e acadêmicos. As políticas de ação afirmativa tornaram as universidades federais brasileiras mais abertas, mais democráticas e mais parecidas com a população brasileira, em sua diversidade racial, social e regional.

As ações afirmativas são uma oportunidade para que o aprimoramento das universidades na realização de sua missão institucional e de sua função e responsabilidade social. São, igualmente, um instrumento político de combate às desigualdades sociais e raciais, com efeitos concretos que se desdobram em outros campos da vida social brasileira.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES), 2019. **V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES: 2018**. Brasília: ANDIFES.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/emc%2095-2016?OpenDocument Acesso em: 05/10/2023

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 05/10/2023

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1-2, 30 ago. 2012.

CAA - Consórcio de Acompanhamento de Ações Afirmativas, 2022. **10 perguntas para entender a primeira década da lei de cotas**. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/cartilha/cartilha-10-perguntas-para-entender-a-primeira-decada-da-lei-de-cotas/> Acesso em 11/12/2022.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos C. Estratificação horizontal na educação superior no Brasil: desigualdades de classe, Gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019.

CARVALHO, Márcia de.; WALTENBERG, Fábio. 2012. “Cotas aumentam a diversidade dos estudantes sem compromisso de desempenho?” **Revista Sinais Sociais** 7 (20): 36-77.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; TOTI, Michelle Cristine da Silva; SAMPAIO, Helena; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge (Organizadores), 2020. **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores.

FERREIRA, André et al. 2020. Ações afirmativas: análise comparativa de desempenho entre cotistas e não cotistas em uma universidade pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** 36 (3): 1297 - 1314.

FONAPRACE, 2014. **Perfil socioeconômico e cultural dos alunos de graduação das instituições federais de ensino superior**. Disponível em: <https://fonapracenacional.files.wordpress.com/2014/08/perfil-socioecon3b4mico-e-cultural-dos-alunos-de-graduac3a7c3a3o-das-ifes3.pdf> . Acesso em: 03 jun. 2015.

GROSSI, Miriam P.; TONIOL, Rodrigo (orgs.). **Cientistas sociais e o coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. 718 p.

HERINGER, 2013. **Expectativas de acesso ao ensino superior**: um estudo de caso na Cidade de Deus, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edição do Autor.

HERINGER, R. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Tomo**, Sergipe, UFS, v. 1, p. 13-29, 2014.

HERINGER, 2015. "Affirmative Action and the Expansion of Higher Education in Brazil." In: **Race, Politics and Education in Brazil: affirmative action in higher education**, organizado por Rosana Rodrigues Heringer e Ollie Johnson, 111-132. New York: Palgrave Macmillan.

HERINGER, 2018. Educação superior no Brasil contemporâneo: estudos sobre acesso, democratização e desigualdades. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação/ UFRJ, **Cadernos do LEPES 1**(e-book).

HERINGER, R. The future of affirmative action in Brazil. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 1, p. 54-56, 2020.

HERINGER, R. Políticas para a educação superior pública nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. In: **Webdossiê: 2 anos de Bolsonarismo**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boell, 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/webdossie-2-anos-de-bolsonarismo> Acesso em: 25/09/2023

HERINGER, R.; CARREIRA, Denise (orgs.). **10 anos da Lei de Cotas**. Conquistas e perspectivas. Rio de Janeiro/São Paulo: Faculdade de Educação da UFRJ/Ação Educativa, 2022. 629 p.

HERINGER, Rosana e CARREIRA, Denise (orgs.), 2022. **10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ/ Ação Educativa (e-book).

JESUS, Rodrigo Ednilson de (org.). 2019. **Reafirmando Direitos: trajetórias de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Ações Afirmativas no Ensino Superior/UFGM.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. 2013. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação: A Experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Dissertação - Serviço Social, PUC-Rio.

MELO, P. B. (coord.). **A interiorização recente das Instituições públicas e gratuitas de ensino superior no Nordeste: efeitos e mudanças**. Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj): 2014. Disponível em: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/pesquisas-seminarios-e-base-de-dados/relatorios-de-pesquisas/pesquisas-concluidas/pesquisas-em-2010-atualmente/interiorizacao_universidades_publicas_2014.pdf Acesso em: 28/02/2023.

MELLO, Ursula Mattioli; SENKEVICS, Adriano Souza. 2020. "Os cursos de graduação das universidades federais antes e depois das cotas." In: **A Expansão Desigual do Ensino Superior no Brasil**, organizado por Maria Ligia de Oliveira Barbosa, 83-108. Curitiba: APPRIS.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. 2012. "Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão." **Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos)**. São Francisco, Estados Unidos da América, 23 a 26 de maio de 2012.

NEVES, C. E. B.; SAMPAIO, H.; HERINGER, R. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 6, p. 19-41, 2018.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. 2017. “Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década.” *Avaliação (Campinas)* 22 (2): 301–15.

PORTES, Écio A., 2015. E agora, José?! In Honorato, Gabriela e Heringer, Rosana (orgs.). **Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes**. Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, p. 135-141.

RISTOFF, Dilvo. 2014. “O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação.” *Avaliação (Campinas)* 19 (3): 723–47.

SALATA, André. 2018. “Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: Redução nas desigualdades de acesso?” **Tempo Social** 30 (2): 219–253.

SANTOS, Adilson Pereira dos; 2020. **Gestão Universitária e a Lei de Cotas**. Curitiba: Appris.

SILVA, Tatiana Dias. 2020. Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. **Texto para discussão 2569**. Brasília: IPEA.

SOUZA, Greyssy Kelly Araujo de; HERINGER, Rosana. 2020. “Expectativas de ingresso no ensino superior: um estudo sobre estudantes do ensino médio da rede pública na Bahia e no Rio de Janeiro.” In: **Educação pública: sujeitos e práticas**, organizado por Wânia Guimarães Lacerda, 88-136. São Paulo: Gênio Criador.

VARGAS, Hustana M.; HERINGER, Rosana R., 2016. Políticas de Permanência e assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: uma análise a partir dos websites. In: **Sentidos da permanência na educação: O anúncio de uma construção coletiva**, organizado por Gerson Tavares do Carmo, 175-198. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro